

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.919 - RS (2019/0301159-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **EVERSON NEGREIROS RODRIGUES (PRESO)**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **EVERSON NEGREIROS RODRIGUES**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste recurso, a defesa alega, em síntese, que "a decisão proferida pelo juízo singular e ratificada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul traduz evidente constrangimento ilegal, pois viola a presunção de inocência e ignora completamente a proporcionalidade adstrita ao processo penal, vez que as circunstâncias fáticas não denotam seja a medida extrema necessária, especialmente porque com Everson foi apreendida ínfima quantidade de drogas." (e-STJ, fl. 79)

Argumenta que "as decisões proferidas não apresentam fundamentação idônea e efetivamente capaz de justificar a segregação cautelar do recorrente, haja vista, precipuamente, que limitam-se a repetir termos legais e conceitos abstratamente previstos na legislação vigente, assim como a tecer ilações quanto aos efeitos da conduta imputada." (e-STJ, fl. 79)

Sustenta que "reincidência, não é circunstância que autorize, por si só, a manutenção da prisão processual." (e-STJ, fl. 81)

Assevera que, no caso, "era de se exigir uma fundamentação mais robusta, em consonância com um processo penal democrático, de modo a elencar DE FORMA CONCRETA não apenas os requisitos autorizadores da prisão preventiva, mas também os motivos ensejadores da não - aplicação de alguma das medidas cautelares alternativas." (e-STJ, fl. 85)

Pleiteia a revogação de sua prisão preventiva ou a imposição de medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 113-114).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 118-139 e 140-143).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 148-153).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece prosperar.

A segregação cautelar do recorrente foi decretada pelos seguintes fundamentos:

"[...]

A situação de flagrância restou demonstrada.

Os policiais militares, efetuando patrulhamento de rotina em **local conhecido como ponto de tráfico de drogas**, avistaram um indivíduo em atitude suspeita, o qual, ao perceber a aproximação da viatura, empreendeu fuga, sendo acompanhado e abordado pela guarnição.

Em revista pessoal, foram localizadas com o flagrado **72 pedras de crack**, além da quantia de R\$ 31,00 em espécie.

"[...]

A materialidade encontra-se consubstanciada no registro de ocorrência policial, no auto de apreensão, no laudo provisório de constatação da substância e nas declarações prestadas perante a autoridade policial.

"[...]

Quanto aos demais requisitos da prisão cautelar, segundo se extrai do expediente os policiais, em patrulhamento em local conhecido como ponto de tráfico, após abordarem o flagrado, localizaram consigo as drogas acima referidas, bem como uma quantia em dinheiro.

Tudo evidencia, pois, a provável prática do tráfico de drogas pelo flagrado, delito cuja gravidade é indiscutível e que abala sobremaneira a ordem e saúde pública, sobretudo porque vinculada a outros delitos graves, como roubos e homicídios.

Note-se que o flagrado já possui condenações por crime de roubo duplamente majorado e furto qualificado, demonstrando que há probabilidade concreta de, uma vez solto, reiterar na prática criminoso.

Afora isso, em se tratando do delito de tráfico de drogas, tem-se que, não raras vezes, a soltura de flagrados por esse tipo de crime viabiliza a continuidade do rentável negócio e embaraça a identificação de outras pessoas ligadas ao verdadeiro esquema montado para a prática desta espécie de ilícito.

Portanto, inequívoca a necessidade de segregação cautelar para resguardo da ordem pública.

Ante o exposto, presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE EVERSON NEGREIROS RODRIGUES, para o fim de acautelar a ordem pública." (e-STJ, fls. 31/33; sem grifos no original).

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a custódia preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a prisão preventiva está suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a reiterada conduta delitiva do agente.

Conforme posto, o recorrente "já possui condenações por crime de roubo duplamente majorado e furto qualificado, demonstrando que há probabilidade concreta de, uma vez solto, reiterar na prática criminoso".

Com efeito, "A persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator